

ÍNDIOS

# Funcionários do governo deixam área caiapó

**PF, Funai e Ibama não conseguem explicar incidente ocorrido na aldeia Puicararanca**

SANDRA SATO  
 e CARLOS MENDES  
 Especial para o Estado

**B**RASÍLIA – A precipitação do governo em iniciar a Operação Xingu foi o principal motivo do impasse criado na área dos índios caiapós, em São Félix do Xingu, no Pará. Ontem, os 39 servidores da Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deixaram a área, onde estavam desde terça-feira.

Ontem, apenas o Ibama emitiu uma nota falando sobre a operação, mas não esclareceu se os funcionários realmente foram mantidos com reféns dos índios, como vinha sendo noticiado. Na quarta-feira, a Funai comunicou em nota oficial que isso não estava ocorrendo e, ontem, a PF reafirmou que as chuvas é que impediram os servidores de deixarem a área.

O diretor de Fiscalização do Ibama, Aurélio do Carmo Donizete, explicou que a Operação Xingu conseguiu prova da retirada ilegal de madeira das aldeias caiapós: uma madeireira em São Félix do Xingu foi flagrada com 2 mil metros cúbicos de mogno, que os fiscais identificaram como oriunda de terras indígenas por causa de uma marca específica. Segundo ele, toda essa madeira será confiscada, assim como outros 2.500 metros cúbicos de mogno depositados na reserva caiapó.

Na nota, o Ibama informou ter decidido suspender, desde ontem, o fornecimento de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) no Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas para carregamentos de mogno. Todas as autorizações concedidas nesses Estados nos últimos dois meses passarão por uma revisão. Quem já recebeu as ATPFs terá de devolver as que não foram utilizadas e apresentar documentação fiscal da origem legal do produto.

O governo decidiu intensifi-

car a fiscalização e vistorias nas áreas de exploração do mogno. E a Operação Xingu será estendida por 30 dias, divididos, segundo a nota oficial, em "15 dias de efetivação e mais 15 de rescaldo, desdobrando-se na Operação Madeira", que será realizada em toda a região amazônica.

Os 39 servidores da PF, Ibama e Funai deixaram a reserva ontem. As informações, não confirmadas oficialmente pelo Ibama, davam conta de que os índios receberão do governo federal o dinheiro apurado em um leilão de 3 mil metros cúbicos de mogno, apreendidos em 1996, e que está no Tesouro Nacional.

**Conversas** – Dois helicópteros e um avião Xavante decolaram da Aldeia Puicararanca por volta das 14 horas levando os funcionários do governo para São Félix do Xingu, onde foi montada uma base de operações da Aeronáutica. A imprensa foi impedida de acompanhar as conversações, mantidas por rádio.

Os caiapós teriam avisado os integrantes da Operação Xingu de que eles próprios querem explorar seus recursos naturais. Os índios reclamaram da falta de assistência nas seis aldeias caia-

**FISCAL DIZ  
 TER PROVAS  
 DE RETIRADA  
 DE MOGNO**

pós do sul do Pará. "Falta dinheiro, remédios e médicos", disse o chefe do posto da Funai em Redenção, Tokran Caiapó.

Em Belém, o presidente da Funai, Glênio Alvarez, voltou a negar que os servidores ficaram como reféns na área. "O problema foi o mau tempo que impediu o pouso de aviões na aldeia para trazer o pessoal envolvido na fiscalização", disse.

Alvarez disse que os índios apóiam a fiscalização do governo em suas terras para coibir a retirada ilegal de madeira. Mas o cacique Trokan reafirmou que os índios estavam forçando o governo a liberar o dinheiro do leilão da madeira apreendida em suas terras.

Fontes do Ministério da Justiça afirmaram, porém, que a operação foi programada pelo Ibama, apesar da ponderação da Funai. A PF foi informada pouco antes sobre o que ia fazer na área e não teve como negociar a entrada dos agentes na reserva, o que irritou os caiapós. (Colaborou Edson Luiz)